

As universidades no regime militar

The universities and the military regime

JOÃO ELIAS NERY*

Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação. São Paulo-SP, Brasil

Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades. São Paulo-SP, Brasil

MOTTA, Rodrigo Patto Sá.

As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária.

Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 448 p.

RESUMO

A resenha aborda o livro *As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária*, de Rodrigo Patto Sá Motta (Zahar, 2014), que analisa as relações entre a Ditadura (1964-1985) e as universidades brasileiras, utilizando fontes recentemente abertas aos pesquisadores. O trabalho elabora uma perspectiva de análise para além da dicotomia *repressão-resistência*, substituída por *resistência, adesão e acomodação*, a partir de uma abordagem panorâmica das diversas ações do Estado e suas consequências para a universidade, tendo como principais focos de análise a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, em outro registro, a Universidade de São Paulo (USP).

Palavras-chave: Universidade brasileira, ditadura no Brasil, censura a livros

ABSTRACT

The review approaches the book *The universities and the military regime (As Universidades e o regime militar) – Brazilian political culture and authoritarian modernization*, by Rodrigo Patto Sá Motta (Zahar, 2014), that analyzes the relations between the Dictatorship (Ditadura) and the Brazilian universities, using sources recently opened to the researchers. This book develops an analytical perspective beyond the dichotomy *repression-resistance*, replaced by *resistance, adhesion and accommodation*, with a panoramic approach of the several State actions and their consequences to the university, having University of Brasilia (UnB), Federal University of Minas Gerais (UFMG), and, in another registry, the University of São Paulo (USP), as the focus of analysis.

Keywords: Brazilian university, dictatorship in Brazil, book censorship

* Pós-doutor em Comunicação (UMESP); Doutor em Comunicação e Semiótica (PUC/SP); Pós-doutorando (EACH/USP). Pesquisador no Grupo “Livros e Outras Mídias” e sócio Intercom. Docente na Fapcom - Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação. E-mail: jenery@gmail.com

O ANO DE 2014 marcou os 50 anos de início da ditadura de 1º de abril de 1964, o dia *que durou 21 anos*. Diversos foram os eventos envolvendo a análise da herança e do legado da ditadura implantada pelas forças militares com apoio de amplos segmentos. Na esteira do trabalho realizado pela Comissão Nacional da Verdade, diferentes setores da sociedade organizaram discussões envolvendo depoimentos de envolvidos nas lutas contra a ditadura, bem como pesquisas foram publicadas em revistas acadêmicas e livros, fazendo com que o debate público acerca do golpe de 1964 ganhasse espaço e mobilizasse diversos segmentos da sociedade.

O mercado editorial participou ativamente desse processo, lançando ou relançando obras que têm a ditadura como tema, com destaque para editoras como Boitempo e Zahar. Desta última foram lançados livros que compõem uma linha de obras em torno da rubrica *1964 – 50 anos depois*, da qual fazem parte *A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964*, organizada por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta; *Ditadura e democracia no Brasil – do golpe de 1964 à Constituição de 1988*, de Daniel Aarão Reis, e *As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária*, de Rodrigo Patto Sá Motta.

Esta resenha tem por objeto esta última obra que, como veremos, apresenta interpretações inovadoras acerca das relações entre instituições de ensino, seus agentes e a ditadura. Vale observar que as duas primeiras obras têm no título a referência a uma *ditadura*, enquanto a que comentamos utiliza *regime militar*, aspecto relevante na medida em que há uma disputa pela memória e pela definição do tipo de Estado implantado em 1964.

A disputa pela memória envolve as diferentes denominações utilizadas para caracterizar o movimento que levou à deposição de João Goulart, desde *revolução*, termo utilizado pelas forças armadas e por segmentos que apoiaram o golpe, até ditadura, passando por regime autoritário, regime militar, estado autoritário, ditadura militar, ditadura civil-militar e, até, *ditabranda* (sic)!

Professor do departamento de história da Universidade Federal de Minas Gerais, Rodrigo Patto optou, no título da obra, por utilizar *regime militar*, porém, em diversas passagens do texto usa *ditadura* ou *ditadura militar*, além de outras denominações. Aparentemente o autor não tem como objetivo participar do debate que envolve os analistas do modelo implantado em 1964 quanto à nomenclatura utilizada para caracterizá-lo, o que o diferencia, por exemplo, de Daniel Aarão Reis, empenhado em comprometer os civis com o novo regime ao referir-se à ditadura *civil-militar*.

O livro *As universidades e o regime militar* (Zahar, 2014) aborda as relações entre instituições de ensino, seus dirigentes, docentes e discentes e órgãos do Estado, além de analisar a participação de agências de fomento estadunidenses, governamentais e privadas, e de segmentos do governo dos EUA, nas questões da educação superior brasileira durante a ditadura. A leitura revela que o autor definiu um objeto que, por abranger um período de tempo longo (1964-1988) e incluir temáticas diversas em sua delimitação, leva a uma abordagem panorâmica, como o próprio autor esclarece na página 19, quando afirma que “certos temas correlatos à história das universidades são aqui apenas tangenciados, sem maior aprofundamento”.

A composição do texto consumiu, como informa o autor na página 19, “seis anos de intenso trabalho [e] foram consultados muitos arquivos e instituições de memória” no Brasil e nos EUA, sendo que parte significativa do material coletado ainda não havia sido utilizada por outros pesquisadores, o que é informado pelo autor em diferentes passagens para afirmar a relevância das fontes de pesquisa, que incluem, ainda, cerca de 50 entrevistas e levantamento de notícias veiculadas na imprensa brasileira e dos EUA, além de extensa bibliografia.

As ideias que orientam a tessitura do texto estão no subtítulo do livro: *cultura política brasileira e modernização autoritária*. Para o autor “O Estado autoritário implantado em 1964 [...] sofreu influência de tradições arraigadas e de elementos que podem ser considerados parte da cultura política brasileira”, quais sejam, aqueles ligados à tendência à conciliação e à acomodação. Para Rodrigo Patto (p. 13), “O ponto central da hipótese é que a influência de tais características da cultura política brasileira ajuda a explicar o caráter modernizador-autoritário do Estado durante o regime militar”. Para o autor, o Estado era modernizador nas áreas econômica e administrativa, e autoritário-conservador na política e na cultura. De acordo com essa linha de argumentação (p. 160), é possível entender que os governos militares, seguindo a cultura política brasileira, estabeleceram políticas ambíguas, conciliatórias, com paradoxos que beiravam a contradição. Para compreender as relações entre a ditadura e as universidades o autor propõe (p. 18) uma tipologia na qual os opostos *repressão-resistência* são substituídos por *resistência, adesão e acomodação*.

A triade *adesão, resistência e acomodação* faz parte do modelo de análise adotado, que se justifica em função das características do Estado pós 1964 e daqueles que participaram da vida política e das disputas em torno de projetos e de ideologias. Segundo o autor, o tema resistência ao autoritarismo é fundamental quando discutimos as representações da ditadura iniciada em 1964. Para ele a resistência à ditadura é

Questão importante do ponto de vista historiográfico, mas que envolve também as batalhas de memória que vêm sendo travadas desde então, com as consequentes repercussões políticas. No período pós-autoritário, [...] tornou-se mais atraente perfilar entre os “resistentes”, enquanto os que “colaboraram” com o regime militar começaram a ser vistos com suspeição e, em círculos mais intelectualizados, como objeto de execração. (p. 300)

Tem relevância nessa caracterização o uso de *regime militar e autoritário*. A relação que se estabelece é entre uma ditadura, que é sempre autoritária, seja em suas ações modernizadoras, seja naquilo em que é conservadora. Para os ocupantes do Estado no período 1964-1985, os propósitos de sua ação justificavam o uso da força e da violência e as instituições de ensino superior foram, como demonstra o livro, área estratégica para o projeto do Estado, que atuou em ambos os aspectos – modernizador e conservador – de acordo com seus valores e objetivos.

A *acomodação*, tratada com relevância, por, no entender do autor, caracterizar parte significativa das relações entre os representantes da Ditadura e segmentos que a ela se opunham, é *via de mão dupla*, ou seja, praticada por ambas as partes. Tais práticas tendem a ser mais efetivas quando os envolvidos fazem parte das elites acadêmicas, capazes de mobilizar seu capital familiar e de relações sociais para evitar confrontos com o sistema, gerando estratégias de acomodação. Mesmo assim, afirma o autor (p. 311), “... esse tipo de situação nem sempre foi viável, porque certos agentes não se mostravam inclinados a compromissos, ou porque, obviamente, o regime não estava disposto a tolerar algumas transgressões e alguns inimigos”.

Na formulação de Bosi (1992) essa prática seletiva havia sido abordada em perspectiva analítica que permite compreender as ações da ditadura não como forma de acomodação, que levaria a uma *ditabranda*, mas pela seletividade das ações repressivas, que buscaram desconstruir o modelo de sociedade baseado em uma cultura não alinhada aos valores estadunidenses. A ditadura brasileira usou a violência necessária para obter os resultados esperados, entre eles derrotar a cultura política do período anterior, identificada como comunista e que levou à exacerbação do discurso anticomunista, capaz de unificar a *frente* liderada pelos militares desde antes do golpe de 1964. Segundo o autor, “Nessa história marcada por tantos paradoxos, a direita venceu a batalha de 1964, derrotando seus inimigos de esquerda e garantindo o predomínio oficial de seus valores” (p. 354).

Apesar desta afirmação, Rodrigo Patto demonstra que houve crescimento da influência da cultura marxista nas universidades, porém, o que ele não diz

é que isso ficou circunscrito aos meios acadêmicos, sem repercussões para a sociedade, outro aspecto relevante das mudanças introduzidas pelos militares, a disjunção entre a vida nas universidades e a realidade. Como demonstrou o autor (p. 16), para a ditadura o papel da universidade é formar profissionais e desenvolver tecnologias. Para manter a comunidade acadêmica focada nesses objetivos, e mantê-la longe dos demais grupos sociais, do proselitismo e das discussões sobre os valores e projetos para o país, foram retirados ou controlados os conteúdos e as práticas democráticos, seja por meio da substituição de disciplinas de graduação, seja no cerceamento à atividade política.

O controle à circulação das ideias em livros é abordado em diversas passagens do texto, mesmo sem merecer um capítulo específico. O autor demonstra (p. 27) que o circuito editorial sofreu com apreensão de livros em livrarias e editoras, perseguições a editores e livreiros e a disseminação do medo entre os leitores, que passaram a esconder e, até mesmo, queimar livros que poderiam ser utilizados como provas em processos movidos pelo Estado contra possíveis opositores. A censura a livros, como demonstrou Reimão (2011), passou por diferentes estágios durante o regime. O controle à imprensa gerou a imprensa alternativa, o controle à edição de livros favoreceu o surgimento de editoras de oposição (Maués, 2013), entre as quais a Zahar, que editou o livro que resenhamos.


A disputa pela memória do regime militar tem na comunicação e, particularmente, no campo editorial, extensa abordagem e, 50 anos depois do início deste, o mercado editorial retoma questões abordadas ao longo do regime e posteriormente a ele, com diferentes estratégias. Estas combinaram questões políticas, mercadológicas e culturais, com posicionamentos que buscavam apresentar à sociedade os produtos da cultura impressa em um processo que envolve resistência à repressão, como ocorreu em outros segmentos da indústria cultural.

Ao analisar os resultados para as instituições de ensino superior e para o sistema de educação deste nível o autor afirma que “os tempos de bonança foram intensos, mas efêmeros” (p. 287), acompanhando a trajetória econômica da ditadura, com seu efêmero *milagre econômico* e os longos anos de declínio que se seguiram a ele, que acabaram por destruir, também no campo da educação superior, os ganhos obtidos nos *tempos de bonança*: as verbas para pesquisa minguaram, a inflação corroeu os salários dos docentes e dos funcionários técnico-administrativos. Como afirma o livro, “... na educação superior o regime militar se apropriou de projetos em debate nos anos anteriores a 1964 e os implantou à sua maneira” (p. 66), leia-se, utilizando a violência e formas autoritárias como práticas que constituíam o *ethos* da ditadura que compõe,

segundo Florestan Fernandes, o “modelo autocrático-burguês de transformação capitalista” (1976: 292).

Como parte das considerações finais, o autor do livro resenhado afirma que:

Decerto teria sido melhor para o país se as forças democráticas tivessem conseguido evitar o golpe de 1964, mas as coisas tomaram o rumo conhecido, e os militares e seus aliados civis assumiram a tarefa de reformar o sistema universitário, o que implicou uma modernização autoritária e repressiva. (p. 352).

É um livro que vale a pena ler, concordando-se ou não com a tese do autor, pelo amplo levantamento documental sobre o tema e pela abrangência da análise. 

REFERÊNCIAS

- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1985*. São Paulo: Publisher, 2013.
- REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na Ditadura Militar*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011.

Artigo recebido em 27 de fevereiro de 2015 e aprovado em 21 de março de 2015.